



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000396-56.2018.815.0000

RELATOR : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
APELANTE : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
ADVOGADO : Suélio Moreira Torres (OAB/PB nº 15.477)
APELADO : Willian Souza do Nascimento
ADVOGADO : Daniel Vieira Smith (OAB/PB nº 19.193)
ORIGEM : Juízo da 7ª Vara Cível da Capital
JUIZ : José Célio Lacerda de Sá

**APELAÇÃO CÍVEL. INTERPOSIÇÃO PELA
PROMOVIDA DE DOIS RECURSOS CONTRA A
MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA
UNIRRECORRIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO
DO SEGUNDO APELO.**

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT.
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. SENTENÇA
QUE NÃO OBSERVOU AS LESÕES DESCRITAS
NO LAUDO. MUDANÇA DO VALOR
INDENIZATÓRIO PARA AJUSTÁ-LO AOS
PARÂMETROS DA TABELA DO SEGURO DPVAT.
PROVIMENTO DO RECURSO.**

- O magistrado se equivocou ao fixar o montante devido pelo seguro DPVAT, uma vez que o laudo de fl.34 (verso) não menciona dano em membro inferior, mas sim no joelho esquerdo. Deste modo, aplicando-se o percentual da perda anatômica/funcional descritos na tabela do seguro DPVAT, qual seja, 10% (dez por cento) para a sequela residual oriunda das lesões de estruturas crânio-faciais e 25% (vinte e cinco por cento) para a lesão no joelho, de leve repercussão, o valor devido pela indenização do seguro DPVAT perfaz o montante de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados:

ACORDA a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, em **PROVER** a Apelação, nos termos do voto do Relator e da certidão de julgamento de fl.152.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A contra a Sentença que julgou procedente o pedido inicial e condenou a Seguradora ao pagamento de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais) em virtude de trauma crânio encefálico e R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) relativo à debilidade de membro inferior.

Na Apelação de fls.103/107, sustenta que não houve lesão de membro inferior, mas apenas repercussão mínima do joelho e de estruturas crânio faciais que perfazem a quantia máxima de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Pede, assim, o provimento do Recurso.

Interposta Apelação, novamente, pela seguradora, às fls.111/121, por advogado distinto do recurso anterior.

Não foram apresentadas Contrarrazões.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça opinou pelo não conhecimento da Apelação de fls.103/107 e pelo provimento do Apelo de fls.111/121.

É o relatório.

VOTO

A Apelação interposta às fls.111/121 foi protocolada por causídico estranho aos autos.

Embora seja do conhecimento desta Relatoria que o advogado Rostand Inácio dos Santos representa a seguradora em inúmeros processos, neste o advogado que realizou a defesa da ré desde o início da lide, com a devida procuração, foi Suelio Moreira Torres.

Ademais, em virtude do princípio da unirrecorribilidade é incabível a interposição simultânea, pela Promovida, de duas Apelações contra a mesma sentença.

Portanto, não conheço do recurso de fls.111/121.

Passo à análise do cerne da controvérsia.

Pois bem.

De fato, o magistrado se equivocou ao fixar o montante devido pelo seguro DPVAT, uma vez que o laudo de fl.34 (verso) não menciona dano em membro inferior, mas sim no joelho esquerdo.

Aplica-se ao caso em tela a regra do art.3º, §1º, II, da Lei nº 6.194/74. Vejamos:

“Art.3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

(...)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. “

Deste modo, aplicando-se o percentual da perda anatômica/funcional descritos na tabela do seguro DPVAT, qual seja, 10% (dez por cento) para a sequela residual oriunda das lesões de estruturas crânio-faciais e 25% (vinte e cinco por cento) para a lesão no joelho, de leve repercussão, o valor devido pela indenização do seguro DPVAT perfaz o montante de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Diante de todos os fundamentos expostos, e em harmonia com o parecer ministerial, **PROVEJO O RECURSO DE APELAÇÃO DE FLS.103/107** e não conheço do recurso de fls.111/121.

É o voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além do Relator, o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**, o Exmo. Dr. Vital de Almeida, Juiz Convocado para substituir a Excelentíssima Desembargadora **Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti** e o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto**.

Presente à sessão a representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível “Desembargador Mário Moacyr Porto” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de agosto de 2018.

Des. LEANDRO DOS SANTOS
Relator

